

# *Sumário*

Prefácio .....	xiii
Nota .....	xvii
1. Introdução.....	1
2. A Evolução Doutrinária do Direito Processual Civil: o Estágio Atual.....	17
2.1. Considerações iniciais .....	17
2.2. A evolução do processo a partir de meados do século XX: a busca do justo processo (processo equo) .....	25
2.2.1. A Constituição brasileira e o justo processo .....	41
2.3. A constitucionalização do processo: a importante mudança metodológica...	53
2.4. As linhas modernas do processo civil: elenco dos principais nortes doutrinários para a busca do processo efetivo .....	61
2.4.1. A concretização do processo efetivo .....	66
2.4.2. A técnica dos procedimentos especiais .....	70
2.4.3. A tutela de urgência e a tutela sumária .....	78
2.4.3.1. As técnicas da cognição sumária e da cognição plena .....	79
2.4.3.2. A tutela de urgência (cautelar e antecipação).....	80
2.4.3.3. A tutela sumária .....	90
2.4.4. A tutela específica .....	102
2.4.5. A exigência de simplificação e aceleração procedural: a busca da duração razoável .....	105
2.4.6. A busca da exequibilidade das decisões judiciais .....	109
2.4.7. Aumento do papel ativo do juiz no processo .....	119
2.4.8. O contraditório no cenário atual.....	138
2.5. Conclusão parcial.....	145
3. Evolução Doutrinária do Direito Administrativo: o Estágio Atual .....	151
3.1. O nascimento e o florescimento do direito administrativo .....	151
3.2. O direito administrativo a partir de meados do século XX .....	163
3.2.1. O ponto de chegada: o atual direito administrativo .....	199
3.3. As principais linhas do moderno direito administrativo .....	220
3.3.1. A importância do enquadramento constitucional do direito administrativo .....	221
3.3.2. O fenômeno da globalização: internacionalização do direito administrativo .....	240

3.3.3. O novo enquadramento da legalidade e da discricionariedade administrativas .....	253
3.3.4. A nova Administração por prestação .....	269
3.3.5. O fenômeno da privatização: da diminuição da Administração ao uso do direito privado (formas consensuais) .....	273
3.3.6. O novo centro do direito administrativo: o procedimento .....	298
3.3.7. A simplificação administrativa .....	313
3.3.9. A evolução do controle jurisdicional da atividade administrativa...	335
3.4. Conclusão parcial.....	351
<b>4. O Mandado de Segurança a seus Contornos Atuais .....</b>	<b>363</b>
4.1. O surgimento e evolução do mandado de segurança no direito brasileiro ..	363
4.2. As principais questões em torno do mandado de segurança segundo doutrina e jurisprudência .....	372
4.2.1. O direito líquido e certo .....	373
4.2.2. O polo passivo no mandado de segurança .....	384
4.2.2.1. O erro na indicação da autoridade coatora .....	389
4.2.3. A tutela de urgência no mandado de segurança .....	393
4.2.4. Sentença e coisa julgada.....	405
4.2.5. O sistema recursal no mandado de segurança .....	416
4.2.6. O cumprimento das decisões judiciais no mandado de segurança...	426
4.2.7. O mandado de segurança preventivo: o problema do ataque a lei em tese .....	432
4.2.8. Outras questões no âmbito do mandado de segurança .....	438
4.3. Conclusão parcial.....	442
<b>5. Mandado de Segurança: a Busca da Verdadeira Especialidade (Proposta de Releitura à Luz da Efetividade do Processo) .....</b>	<b>447</b>
5.1. O enquadramento constitucional do mandado de segurança como processo efetivo para atuar o direito administrativo: a busca da verdadeira especialidade .....	450
5.2. Sugestões para releitura de temas controversos no âmbito do mandado de segurança.....	467
5.2.1. O problema do direito líquido e certo .....	471
5.2.1.1. O entendimento da expressão direito líquido e certo .....	472
5.2.1.2. O enquadramento jurídico-processual da expressão direito líquido e certo .....	479
5.2.2. O problema do crédito pretérito à impetração: mandado de segurança e ação de cobrança .....	491
5.2.3. Prazo para impetração.....	497
5.2.4. Custas, honorários de advogado e representação por advogado .....	501
5.2.5. A imprescindibilidade da simplificação e aceleração procedural no mandado de segurança.....	505
5.2.6. O problema do polo passivo no mandado de segurança .....	508
5.2.7. O sistema recursal no mandado de segurança .....	517

5.2.8. A tutela de urgência no mandado de segurança .....	526
5.2.9. O papel ativo do juiz no mandado de segurança.....	532
5.2.10. O conteúdo da decisão judicial e seu cumprimento no mandado de segurança.....	540
5.2.11. A necessidade de previsão e regulação do mandado de segurança preventivo.....	555
5.2.12. Outras questões no âmbito do mandado de segurança .....	557
5.3. Sugestões para releitura de temas controversos no âmbito do mandado de segurança.....	560
5.3.1. A técnica de inversão do ônus da prova .....	560
5.3.2. A possibilidade de conversão do mandado de segurança para outros ritos processuais.....	565
5.3.3. Criação do direito de indenização por violação ao princípio da duração razoável no mandado de segurança.....	570
5.3.4. Implementação do mecanismo de tutela sumária .....	571
5.3.5. Criação da exigência de prévia postulação administrativa .....	574
5.3.6. A abertura do mandado de segurança para a conciliação.....	579
5.4. Conclusão parcial.....	581
<b>6. Conclusões Gerais.....</b>	<b>587</b>
I. A evolução doutrinária do direito processual civil: o estágio atual .....	587
II. A evolução doutrinária do direito administrativo: o estágio atual.....	589
III. O mandado de segurança e seus contornos atuais.....	594
IV. Mandado de segurança: a busca da verdadeira especialidade (proposta de releitura à luz da efetividade do processo) .....	596
<b>Referências .....</b>	<b>601</b>